

## Novinvest Corretora de Valores Mobiliários Ltda.

C.N.P.J. nº 43.060.029/0001-71

Balanco Patrimonial em 30 de Junho de 2018 e 2017 - (Em milhares de Reais)				Demonstração dos Resultados dos Semestres Ffindos em 30 de Junho de 2018 e 2017 - (Em milhares de Reais)				Demonstração dos Fluxos de Caixa pelo Método Indireto dos Semestres Ffindos em 30 de Junho de 2018 e 2017 - (Em milhares de Reais)				
Ativo	NE	30.06.2018	30.06.2017	NE	30.06.2018	30.06.2017	NE	30.06.2018	30.06.2017	NE	30.06.2018	30.06.2017
<b>Circulante</b>		<b>29.194</b>	<b>20.176</b>		<b>26.199</b>	<b>14.570</b>		<b>878</b>	<b>959</b>			
Disponibilidades	3.11	52	18		9.955	1.498						
Aplicações Interin. de Liquidez	3.11	4.433	384		9.955	1.498						
Aplicações no mercado aberto		4.433	384									
<b>TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos</b>		<b>23.263</b>	<b>19.560</b>		<b>16.244</b>	<b>13.072</b>		<b>1.073</b>	<b>1.015</b>			
Carteira própria	4.1	11.136	13.990	4.2	9.955	1.498						
Instrumentos financeiros derivativos	4.2	1.629	3		16.244	13.072						
Vinculados a prestação de garantia	4.1	10.504	1.957		9	2.004						
<b>Operações de Crédito</b>		<b>868</b>	<b>726</b>		<b>2.149</b>	<b>2.682</b>		<b>1.073</b>	<b>1.015</b>			
Financiamento de títulos e valores mobiliários		868	726									
<b>Outros Créditos</b>		<b>232</b>	<b>1.437</b>		<b>2.149</b>	<b>2.682</b>		<b>1.073</b>	<b>1.015</b>			
Rendas a receber		5	5									
Negociação e intermediação de valores	5	135	441									
Diversos	6	92	384									
<b>Outros Valores e Bens</b>		<b>340</b>	<b>1.661</b>		<b>2.149</b>	<b>2.682</b>		<b>1.073</b>	<b>1.015</b>			
Outros valores e bens	7	340	1.661									
Despesas antecipadas		20	-									
<b>Não Circulante</b>		<b>13.990</b>	<b>6.722</b>		<b>2.149</b>	<b>2.682</b>		<b>1.073</b>	<b>1.015</b>			
Realizável a Longo Prazo		12.985	5.783									
TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos		12.221	4.394									
Carteira própria	4.1	2.126	1.185									
Vinculados a prestação de garantia	4.1	10.095	3.209									
<b>Outros Créditos</b>		<b>764</b>	<b>1.389</b>		<b>2.149</b>	<b>2.682</b>		<b>1.073</b>	<b>1.015</b>			
Investimentos	6	764	1.389									
Diversos	6.1	38	488									
Outros investimentos	6.1	38	488									
<b>Imobilizado de Uso</b>		<b>82</b>	<b>640</b>		<b>82</b>	<b>640</b>		<b>82</b>	<b>640</b>			
Outras imobilizações de uso		3.775	3.629									
(Depreciações acumuladas)		(3.135)	(3.186)									
<b>Intangível</b>		<b>82</b>	<b>27</b>		<b>82</b>	<b>27</b>		<b>82</b>	<b>27</b>			
Ativos Intangíveis		82	27									
(Depreciação acumulada)		(13)	(4)									
<b>Total do Ativo</b>		<b>42.884</b>	<b>26.898</b>		<b>42.884</b>	<b>26.898</b>		<b>42.884</b>	<b>26.898</b>			
<b>Demonstração do Resultado Abrangente dos Semestres Ffindos em 30 de Junho de 2018 e 2017</b>				<b>Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos Semestres Ffindos em 30 de Junho de 2018 e 2017 - (Em milhares de Reais)</b>				<b>Demonstração dos Fluxos de Caixa pelo Método Indireto dos Semestres Ffindos em 30 de Junho de 2018 e 2017 - (Em milhares de Reais)</b>				
		<b>30.06.2018</b>	<b>30.06.2017</b>									
<b>Resultado do semestre/exercício</b>		<b>(3.579)</b>	<b>(3.246)</b>									
<b>Resultado</b>		<b>(3.579)</b>	<b>(3.246)</b>									
Ajustes de avaliação patrimonial		(748)	32									
<b>Resultado abrangente total</b>		<b>(4.327)</b>	<b>(3.214)</b>									

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis dos Semestres Ffindos em 30 de Junho de 2018 e 2017 - (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1. Contexto operacional:** A Novinvest Corretora de Valores Mobiliários Ltda ("Corretora") tem por objeto social operar em Bolsa de Valores à vista, opções, termo e futuros com títulos e valores mobiliários de negociação autorizada, prestar serviços de assessoria ou assistência técnica nos mercados financeiros e de capitais e exercer atividades expressamente autorizadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Banco Central do Brasil. **2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requeridas para os semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017, as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 alterada pelas Leis nos 11.638/07 e 11.941/09, além das normas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil. Foram adotados para fins de divulgação os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis homologados pelos órgãos reguladores relacionados ao processo de convergência contábil internacional que foram aprovados pelo Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil e estão consubstanciados no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). Na elaboração das demonstrações contábeis são utilizadas, quando aplicável, estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de provisões para perdas com operações de crédito e para contingências, na determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos, de outras provisões e sobre a determinação da vida útil de determinados ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas. Essas demonstrações contábeis foram aprovadas pela diretoria e autorizadas a serem divulgadas em 31 de julho de 2018. **3. Principais práticas contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requeridas para os semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017, as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 alterada pelas Leis nos 11.638/07 e 11.941/09, além das normas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil. Foram adotados para fins de divulgação os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis homologados pelos órgãos reguladores relacionados ao processo de convergência contábil internacional que foram aprovados pelo Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil e estão consubstanciados no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). Na elaboração das demonstrações contábeis são utilizadas, quando aplicável, estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de provisões para perdas com operações de crédito e para contingências, na determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos, de outras provisões e sobre a determinação da vida útil de determinados ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas. Essas demonstrações contábeis foram aprovadas pela diretoria e autorizadas a serem divulgadas em 31 de julho de 2018. **3.1. Principais práticas contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requeridas para os semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017, as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 alterada pelas Leis nos 11.638/07 e 11.941/09, além das normas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil. Foram adotados para fins de divulgação os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis homologados pelos órgãos reguladores relacionados ao processo de convergência contábil internacional que foram aprovados pelo Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil e estão consubstanciados no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). Na elaboração das demonstrações contábeis são utilizadas, quando aplicável, estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de provisões para perdas com operações de crédito e para contingências, na determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos, de outras provisões e sobre a determinação da vida útil de determinados ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas. Essas demonstrações contábeis foram aprovadas pela diretoria e autorizadas a serem divulgadas em 31 de julho de 2018. **3.2. Aplicações interfinanceiras de liquidez:** Representadas por operações comprometidas, remuneradas a taxas pré-fixadas, lastreadas em títulos públicos, demonstradas pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos decorridos, calculados em base pela SELIC. **3.3. Títulos e valores mobiliários:** De acordo com a Circular nº 3.068/01 do Banco Central do Brasil (BACEN) e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação pela Administração em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização: **• Títulos para negociação** – adquiridos com o objetivo de serem ativas e, frequentemente, negociados, são ajustados pelo valor de mercado, em contrapartida ao resultado do período; **• Títulos disponíveis para venda** – que não são enquadrados como para negociação nem como mantidos até o vencimento, são ajustados ao valor de mercado em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; **• Títulos mantidos até o vencimento** – adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados, pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. **3.4. Instrumentos financeiros derivativos:** Os Instrumentos Financeiros Derivativos registrados em contas patrimoniais estão basicamente distribuídos da seguinte forma: **• Operações a Termo, Ativas e Passivas:** Os saldos referem-se a contratos para negociação de ações com prazos determinados e valorizados ao preço de mercado. **• Vendas de Opções Venda – Posição Lançadora:** O saldo refere-se a operações com prazo determinado e valorizado ao preço de mercado e o valor a título de aquisição até o vencimento. **3.5. Negociação e intermediação de valores:** Demonstrada pelo saldo das operações de compra ou venda de títulos e valores a receber realizadas na BM&F BOVESPA S.A., por conta de clientes dependentes de liquidez dentro dos prazos regulamentares ou de vencimento dos contratos. **3.6. Provisão para outros créditos de liquidez duvidosa:** As provisões para créditos de liquidez duvidosa são feitas com base na análise das operações em aberto, dos riscos específicos e globais da carteira, bem como as diretrizes do Banco Central do Brasil (Art. 6º da Resolução nº 2.682 de 21/12/1999). Em 30 de junho de 2018 e 2017 não haviam provisões para crédito de liquidez duvidosa. **3.7. Demais ativos circulantes e não circulantes:** São apresentados pelo valor de realização incluindo, quando aplicável, as variações monetárias, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais informações contábeis demonstradas ao custo de aquisição, representados por Títulos Patrimoniais da Bolsa Brasileira de Mercadorias BVM. **• Imobilizado de uso:** são registrados pelo custo de aquisição e a depreciação foi calculada pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração a vida útil e econômica dos bens, sendo de 20% a.a. para "Sistema de processamento de dados e Sistema de Arquivos" e de 10% a.a. para as demais contas; **• Intangível:** são registrados os direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Corretora ou exercidos com essa finalidade. São representados por softwares, registrados pelo custo de aquisição e amortizados pelo método linear, com base em taxas que levam em

consideração a vida útil e econômica dos bens, sendo utilizada a taxa de 20% a.a. **3.8. Passivos circulantes e não circulantes:** **3.8.1. Demais passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data dos balanços. **3.8.2. Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Corretora possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado onde é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **3.9. Provisão para imposto de renda e contribuição social:** A provisão para o imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre os lucros que excederem R\$ 240 no ano. E, a provisão para contribuição social está sendo calculada à alíquota de 20%, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. **3.10. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** As contingências ativas e passivas e obrigações legais, fiscais e previdenciárias são avaliadas, reconhecidas e demonstradas de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 do CMN. Os passivos contingentes são reconhecidos quando, baseado na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As obrigações legais, fiscais e previdenciárias são demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos (impostos e contribuições). Estão reconhecidos e provisionados, independentemente, da avaliação das chances de êxito no curso do processo judicial. Os ativos contingentes são reconhecidos quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos. **3.11. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados pelo saldo em caixa em moeda corrente nacional e aplicações interfinanceiras de liquidez, cujo vencimento das operações na data de efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Corretora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

**Disponibilidades**

	2018	2017
Caixa	52	18
Depósitos bancários	51	16
<b>Aplicações interfinanceiras liquidez</b>	<b>4.433</b>	<b>384</b>
Títulos públicos - Letras do Tesouro Nacional (LTN)	4.433	384
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>4.433</b>	<b>402</b>

**4. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos:**

**4.1. Títulos e valores mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários em 30 de junho de 2018 e 2017 estão classificados na categoria de disponíveis para venda; são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos contratados:

	2018	2017
<b>Títulos disponíveis para venda</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Carteira própria</b>	<b>11.136</b>	<b>13.990</b>
Ações em Companhias Abertas	11.136	13.990
Vinculados a prestação de garantia	10.504	1.957
Letras Financeiras do Tesouro	86	-
Ações em Companhias Abertas	10.418	1.957
<b>Total de carteira - Curto Prazo</b>	<b>21.540</b>	<b>15.947</b>
<b>Carteira própria</b>	<b>2.126</b>	<b>1.185</b>
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	2.126	1.185
Vinculados a prestação de garantia	10.095	3.209
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	48	3.209
Fundo de Inv. Liquidez Câmara BM&FBOVESPA	10.047	-
<b>Total da carteira - Longo Prazo</b>	<b>12.221</b>	<b>4.394</b>

**4.2. Instrumentos financeiros derivativos:** Nos semestres encerrados em 30 de junho de 2018 e 2017, havia operações em instrumentos financeiros derivativos composto abaixo:

	2018	2017
<b>Ativo Circulante</b>	<b>1.629</b>	<b>3</b>
<b>Instrumentos financeiros derivativos</b>	<b>1.629</b>	<b>3</b>
Compras a Termo - operações com ações	1.531	-
Compra de Opções de compra	59	3
Compra de Opções de venda	39	-
<b>Passivo Circulante</b>	<b>9.955</b>	<b>1.498</b>
<b>Instrumentos financeiros derivativos</b>	<b>9.955</b>	<b>1.498</b>
Obrigações por compra a Termo	1.672	-
Venda de Opções de compra	3.865	1.498
Venda de Opções de venda	4.418	-

**5. Outros créditos e outras obrigações - negociação e intermediação de valores**

DIRETORIA		CONTADOR	
José Oswaldo Moraes Júnior - Diretor Presidente		Reinaldo Dantas - CRC 15P 110.330/O-6 - C.P.F. nº 768.955.998-00	
<b>Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis</b>			
<p>Aos Srs. Diretores Novinvest Corretora de Valores Mobiliários Ltda. São Paulo - SP: <b>Opinião:</b> Examinamos as demonstrações contábeis da Novinvest Corretora de Valores Mobiliários Ltda., que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais informações contábeis demonstradas ao custo de aquisição, representados por Títulos Patrimoniais da Bolsa Brasileira de Mercadorias BVM. <b>• Imobilizado de uso:</b> são registrados pelo custo de aquisição e a depreciação foi calculada pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração a vida útil e econômica dos bens, sendo de 20% a.a. para "Sistema de processamento de dados e Sistema de Arquivos" e de 10% a.a. para as demais contas; <b>• Intangível:</b> são registrados os direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Corretora ou exercidos com essa finalidade. São representados por softwares, registrados pelo custo de aquisição e amortizados pelo método linear, com base em taxas que levam em</p>		<p>estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Conclusões sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Corretora. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Corretora a não se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.</p>	
<p>ção. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentar estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. <b>Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:</b> A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinar como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável por assegurar a integridade da informação contábil, incluindo o uso de julgamento, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Corretora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Corretora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. <b>Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:</b> Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará todas as distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas respectivas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, colusão, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Corretora. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das</p>		<p>São Paulo, 17 de agosto de 2018</p> <p><b>Bunin</b></p> <p><b>Binah SP Auditores Independentes</b> <b>Isidério Deustado Fernandes</b> CRC ZSP 009.597/O-8 CRC CT 15P 165.075/O-2</p>	

**EDITAL DE 1ª e 2ª PÚBLICOS LEILÕES DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA**  
1º Público Leilão: 30/10/2018 às 09h55/00 - 31/10/2018 às 14h00  
HENRI ZYLBERSTAIN, leiloeiro oficial - Matr. Juscp nº 1014, com escritório à Rua Tenente Negrão, 140, 3º andar, CEP: 04530-030, São Paulo/SP, autorizado por BANCO INTER S/A, CNPJ sob nº 00.416.968/0001-01, venderá em 1º ou 2º Leilão Público Extrajudicial, nos termos do artigo 27 da Lei 9.514/97 e regulamentação complementar com Sistema de Financiamento Imobiliário, o seguinte imóvel urbano: Apartamento nº21, do tipo "2", localizado no 2º andar do Bloco 03 do "CONDOMÍNIO CONJUNTO RESIDENCIAL DOM BOSCO", situado à Rua Adèle, nº 210, 2º Subdistrito - Santo Amaro, contendo 81,8922m² de área construída, sendo 53,490m² de área comum, correspondendo a uma porcentagem de 64,5272063% no terreno, contendo garagem e nas condições de uso e propriedade comum, cabendo-lhe uma vaga, em local indeterminado no estacionamento de veículos. Referência Condição de Registro sob nº 9 na matrícula 65.701 do 1º Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de São Paulo/SP. Contribuinte: 087.475.016-3. Imóvel devidamente matriculado sob nº 103.835 do 1º Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de São Paulo/SP. Imóvel adquirido conforme forma de partilha de 07 de julho de 2009, do Juízo de Direito da 3ª Vara e respectivo Oficial da Família e Sucessões do Foro Regional II - Santo Amaro, São Paulo/SP, extraído dos autos (processo nº 002.00.004632-0) de inventário das partes abaixo relacionadas, incluindo o resumo das principais informações contábeis demonstradas ao custo de aquisição, representados por Títulos Patrimoniais da Bolsa Brasileira de Mercadorias BVM. **• Imobilizado de uso:** são registrados pelo custo de aquisição e a depreciação foi calculada pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração a vida útil e econômica dos bens, sendo de 20% a.a. para "Sistema de processamento de dados e Sistema de Arquivos" e de 10% a.a. para as demais contas; **• Intangível:** são registrados os direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Corretora ou exercidos com essa finalidade. São representados por softwares, registrados pelo custo de aquisição e amortizados pelo método linear, com base em taxas que levam em

**Centro Trasmontano de São Paulo**  
CNPJ/MF nº 62.638.374/0001-94  
**Edital Inadimplência**  
"O Centro Trasmontano de São Paulo, nos termos dispostos pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, após não obter sucesso em outras formas de contato, vem por meio deste notificar os contratantes abaixo quanto a necessidade de regularizar obrigações financeiras pendentes. A não regularização integral no prazo de 05(cinco) dias a partir da publicação deste edital, ensejará na suspensão/rescisão do contrato, nos termos contratados. Para quaisquer dúvidas quanto a tais pendências, favor ligar para (11) 2394-0201"  
**Empresa: L.F.C.S.A. CNPJ: \*\*17.775/0001-\*\* Contrato: 4500007927**  
**Empresa: M.M.D. CNPJ: \*\*67.564/0001-\*\* Contrato: 4500016092**  
**Empresa: L.C.D.E.A.M. CNPJ: \*\*70.010/0001-\*\* Contrato: 4500019797**

**2º VC - Capital.** EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. Processo Digital nº: 1096776-46.2017.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 29ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Laura de Mattos Almeida, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) RODOLFO MENI, CPF 095.250.328-09, que Instituição Paulista Adventista de Educação e Assistência Social - Região Administrativa Paulista, lhe ajouzu uma Ação Monitoria, objetivando o recebimento de R\$ 11.301,93 (agosto/2017), oriundo de Contrato de Prestação de Serviços Educacionais, firmado entre as partes relativo a mensalidades não pagas nos meses